



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA - PARANÁ

CNPJ:- 75.359.760/0001-99

NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390 - CENTRO

Exercício:- 2019

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

PROCESSO Nº 36 / 2019

DATA: 15/03/2019 - :15:19:47

TIPO: 1 - GERAL

Requerente: A. PEREIRA DA SILVA - PAVIMENTAÇÕES - ME

CPF/CNPJ: 25.302.822/0001-58

RG/Insc. Est.:

Endereço: ,

Complemento:

Bairro:

Cidade: -

CEP: -

Telefone:

ASSUNTO/MOTIVO: OUTROS

A. PEREIRA DA SILVA - PAVIMENTAÇÕES - ME , supra qualificado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer para que determine a repartição competente desta Prefeitura que lhe expeça:

TRATA-SE DE RECURSO ADMINISTRATIVO DA TOMADA DE PREÇO 001/2019.

Observação: RECEBIDO E ENCAMINHADO POR - KASSI GABRIELY ZAMBERLAN.

End. Correspondência: -Nº:

Bairro:

Cidade: -

CEP:

Complemento:

Telefone: - **Celular:** - **Email:**

Zona:

Quadra:

Data:

Cadastro:

Nestes termos,
Pede deferimento.


A. PEREIRA DA SILVA - PAVIMENTAÇÕES - ME
Requerente


Kassi Gabriely Zamberlan Vieira
Funcionário



ILUSTRE COMISSÃO DE LICITAÇÕES E DIGNÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ARARUNA
—PR.

Autos da Tomada de Preços nº 001/2019.

A. PEREIRA DA SILVA - PAVIMENTAÇÕES ME, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente a presença das respeitáveis autoridades públicas, com fundamento na lei 8.666/93, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da empresa C.MUELLER & MUELLER Ltda., também já qualificada nos autos, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

1.DOS FATOS

Trata-se de recurso administrativo apresentado nos autos da tomada de preços 001/2019, tendo como objeto a contratação de empresa para execução de obra de pavimentação poliédrica com pedra irregular, mediante o regime empreitada por Menor Preço Global, com valor máximo de R\$229.091,00.

Com a intenção de participar do certame acima descrito a empresa recorrente dirigiu-se para a sede do Município de Araruna no dia 13/03/2019 às 13:45 min, com os documentos requisitados no edital, tendo sido legalmente habilitada.

Iniciada a sessão participaram as seguintes empresas:

- A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES ME
- C MUELLER & MUELLER LTDA.



Na abertura das propostas a comissão de licitações constatou que a empresa recorrente supostamente deixou de apresentar as declarações mencionadas nos itens 11.12.5 (declaração esta, não fornecida nos anexos como modelo) e 11.12.6.1 (documento também não fornecido como anexo).

Ato continuo a empresa recorrida apresentou seu cronograma financeiro em total discordâncias com os valores máximos previstos no procedimento licitatório, bem como apresentou BDI com informações desconexas com a realidade do Município de Araruna.

Desse modo, a empresa recorrente verificando as falhas presentes no presente edital e na proposta apresentada pela empresa recorrida não tem outra alternativa senão entrar com o presente recurso.

2. DA VÍNCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A licitação, principalmente pós Constituição Federal de 1988, é instrumento de importância impar para a administração pública, considerando ser o instrumento mais adequado para alcançar os preços mais vantajosos e melhor execução dos serviços, bem como de adquirir produtos almejados para alcançar o interesse público.

Esse procedimento administrativo em regra constitui-se como manifestação do poder discricionário da administração pública, regulando-se de forma direta pela lei e por seu instrumento convocatório.

Cristalino que tal determinação é manifestação do princípio constitucional da legalidade, uma vez que por mais que seja oriundo do poder discricionário o cidadão, e eventuais participantes do certame, devem saber de antemão as regras ao qual serão submetidos e os requisitos para sua participação, tendo a Lei 8.666/93 eleito o instrumento de convocação como modo de regular o procedimento.

Essa normativa é expressa no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, princípio esse plenamente expresso nos artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigível, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Outro entendimento não aduz a doutrina, como observamos nas lições do festejado doutrinador José dos Santos Carvalho Filho¹:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra ficada não é respeitada, o procedimento se torna invalidado e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a administração. E se evita finalmente qualquer brecha que prove violação à moralidade administrativa. A impessoalidade e à probidade administrativa."

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos, Manual de Direito administrativo – 31.ed, São Paulo: atlas, 2017. Pags. 253-254

Como fica evidente, a vinculação ao instrumento convocatório é medida de segurança jurídica, bem como da estrita legalidade do certame, sendo que seu descumprimento é causa de nulidade.

No presente caso verifica-se que na ata de sessão (ATA TP 001-2019) cita que o recorrente não apresentou os documentos previstos nos itens 11.12.5 e 11.12.6.1, sendo esses:

11.12.5. Não apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme modelo anexo a este edital.

11.12.6. Apresentar, na composição de seus preços: 11.12.6.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

Todavia, tais documentações não podem ser exigidas dos licitantes, considerando que mesmo citados no edital não são integrantes do instrumento convocatório, uma vez que não estão juntados nos autos.

O item 11.12.5 requer dos participantes a declaração prevista na instrução normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009 citando diretamente "**Conforme modelo anexo a este edital. " No entanto o edital não traz esse documento como anexo. "**

No mesmo sentido o item 12.12.6.1 prevê a que será desclassificada a proposta que não apresentar taxa de encargos sociais ou B.D.I. inverossímil.

Em conexão com esse item devemos verificar o item 9.1.5, que diz:

9.1.5. A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, **conforme ANEXO.**

Contudo, novamente o edital não traz tal documentação anexa.

Como fica evidente a ausência da documentação descrita na ata foi unicamente justificada pelas incongruências previstas no instrumento convocatório, sendo que tais vícios impossibilitaram a apresentação de tais informações, pois se diferente fosse o requerente deveria “adivinhar” o tipo de documento requerido pela administração.

Insta salientar que informações relevantes como ISSQN sobre obras no Município de Araruna não estão facilmente disponíveis no sítio do município, sendo que tal informação deveria estar descrita no modelo de B.D.I a ser disponibilizado no edital. De fato, o recorrente somente conseguiu calcular seus custos de execução das obras por já ter realizado outros serviços no município.

No mesmo sentido ensina Hely Lopes Meirelles, quando aduz que a administração deve julgar as propostas baseadas nos critérios até então apresentados:

Julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É princípio de toda licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, com o quê se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (arts. 44 e 45).

Portanto, não seria razoável exigir da recorrente documentação que o próprio edital ignorou, não podendo o mesmo ter prejuízos em razão de vícios que a própria administração deu causa.

Nesse sentido, em razão dos princípios da vinculação do instrumento convocatório em consonância com a estrita legalidade do ato é evidente que não se pode cobrar do recorrente documento não previsto no edital, sob pena de violação desses ditames basilares constitucionais.



Ante todo o exposto fica evidente que a administração deve considerar nulas as cláusulas acima descritas, haja vista estarem claramente viciadas.

Caso não seja o entendimento adotado deve-se suprir os erros do edital, abrindo oportunidade para os envolvidos para que amoldem as novas determinações, assim como ensina José dos santos Carvalho Filho:

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital, tiver falha, pode ser corrigido, desde ainda oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

3.DA VIOLAÇÃO DO EDITAL POR PARTE DA EMPRESA RECORRIDA

Primeiramente salientamos que o recorrente trouxe valores muito mais vantajosos ao município de Araruna do que a empresa recorrida, sendo claro sua vitória ao analisar as propostas.

Contudo, mesmo ignorando tal fato notório, ao analisarmos os documentos e propostas apresentadas pela empresa recorrida (diferentemente do que ocorre com o recorrente, onde supostamente não apresentou documentações não previstas no edital), essa violou de modo claro cláusulas totalmente válidas.

Leva-se a essa conclusão o item 11.13, que determina:

11.13. Também será desclassificada a proposta cujo preço global orçado ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro supere os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este Edital.

Nessa etapa do questionamento mostra-se de importância impar analisar o cronograma com preço de referência do município de Araruna com o apresentado pela empresa recorrida, sendo elas:

Cronograma apresentado pelo Município de Araruna:



Advocaia
André Carvalho

código	Serviço	quant.	unid.	valor		Fev	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
				unit.R\$	total R\$							
	Sinalização											
82000	Placa de sinalização c/ película refletiva	10,00	m2	431,51	4.315,10	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.078,78		R\$ 1.078,78	R\$ 1.078,78	R\$ 1.078,78
82100	Suporte de madeira 3" x 3" p/placa de sinalização	8,00	pç	136,44	1.091,52	R\$ -	R\$ -	R\$ 272,88		R\$ 272,88	R\$ 272,88	R\$ 272,88
	Pavimentação											
53260	Colchão de argila p/ pav. Polidrico	6.427,20	m2	2,12	13.625,66	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.036,90	R\$ 3.036,90	R\$ 3.731,20	R\$ 2.363,80	R\$ 1.456,86
50000	Escarificação, regularização compac. Subleito	6.427,20	m2	3,24	20.824,13	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.641,30	R\$ 4.641,30	R\$ 5.702,40	R\$ 3.612,60	R\$ 2.226,53
53520	Extração, carga, transp. Assent. Cordão lat. Pedra p/ pedra p/pav. Polidrico	1.194,00	m	11,09	13.241,46	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.519,33	R\$ 1.519,33	R\$ 4.879,60	R\$ 4.214,20	R\$ 1.109,00
52145	Extração, carga, transp. Preparo e assentamento	6.270,27	m2	24,10	151.113,51	R\$ -	R\$ -	R\$ 34.147,29	R\$ 34.147,29	R\$ 40.825,40	R\$ 25.955,70	R\$ 16.037,83
53265	Enchimento c/ pó de pedra p/pav. Polidrico	130,43	m2	64,64	8.431,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.851,94	R\$ 1.851,93	R\$ 2.474,42	R\$ 1.392,35	R\$ 860,36
53270	Compacção de pavimento polidrico	6.427,20	m2	0,53	3.406,42	R\$ -	R\$ -	R\$ 759,22	R\$ 759,23	R\$ 932,80	R\$ 590,95	R\$ 364,22
57510	Contenção lateral c/ solo local p/pav. Polidrica	1.187,00	m2	1,72	2.041,64	R\$ -	R\$ -	R\$ 235,64	R\$ 235,64	R\$ 756,80	R\$ 653,60	R\$ 159,96
80000	Enlevamento da contenção lateral	1.187,00	m2	10,11	12.000,57	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.385,07	R\$ 1.385,07	R\$ 4.448,40	R\$ 3.841,80	R\$ 940,23
	TOTAL GERAL				230.091,00	P. LICITATÓRIO	P. LICITATÓRIO	R\$ 48.928,35	R\$ 47.576,69	R\$ 65.102,67	R\$ 43.976,65	R\$ 24.506,64

Cronograma apresentada pela empresa recorrida:

código	Serviço	quant.	unid.	unit.R\$	total R\$	Fev	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
	TOTAL GERAL				227.896,41	P. LICITATÓRIO	P. LICITATÓRIO	R\$ 56.974,11	R\$ 55.622,45	R\$ 45.849,62	R\$ 34.725,13	R\$ 34.725,13

Proponente	A. PEREIRA DA SILVA - PAVIMENTAÇÕES - ME MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - PR RUA ÁGATA, Nº 11, RESIDENCIAL ELDORADO, CEP 87390-000 CNPJ 25.302.822/0001-58
Licitação	TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2019 - ARAÇUNA/PR
Empreendimento	EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA

COMPOSIÇÃO DE BDI DETALHADA


Impostos	
ISSQN	5,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL IMPOSTOS	8,65%

<-- Aliquota conforme Legislação Tributária Municipal

Parcela do BDI		Situação	Intervalo admissível		
Administração Central	AC		1 Quartil	Médio	3 Quartil
Seguro e Garantia	S,G	OK!	3,80%	4,01%	4,67%
Risco	R	OK!	0,32%	0,40%	0,74%
Despesas Financeiras	DF	OK!	0,50%	0,56%	0,97%
Lucro	L	OK!	1,02%	1,11%	1,21%
PIS, COFINS E ISSQN	I	OK!	6,64%	7,30%	8,69%
BDI SEM DESONERAÇÃO		OK!		8,65%	
BDI COM DESONERAÇÃO		OK!	19,60%	20,97%	24,23%
		OK!	<-- BDI aplicado pela Empresa		

Declaramos que esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo Acórdão 2622/2013 - TCU, representada pela fórmula abaixo.

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

	Braian Allievi Raimundo Engenheiro Civil CREA-PR 143385/D
BRAIAN ALLIEVI RAIMUNDO CREA-PR 143385/D	

A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES – ME

CNPJ: 25.302.822/0001-58

Rua Agata, 11, Residencial Eldorado, Boa Esperança, Pr. – Cep: 87.390-000, Fone: (44) 99828-3017

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE


À Comissão de Licitação

Edital de TOMADA DE PREÇOS nº. 1/2019 – PMA

A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES - ME, cadastrada no CNPJ sob o nº 25.302.822/0001-58, sediada na Rua Ágata, Nº 11, Residencial Eldorado, município de Boa Esperança, Estado do Paraná, por intermédio de seu representante legal, Sr **ALEXSSANDER WILLISON DE SOUZA BRIZOLA**, brasileiro, empresário, residente e domiciliado no município de Boa Esperança, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.373.322-3 SSP-PR e inscrito no C.P.F.(MF) sob o nº 010.320.059-20, declara sob as penas da Lei, que elaborou de maneira Independente a proposta, cumprindo com que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2019, instaurado por essa PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARURA

Boa Esperança - Pr., 15 de Março de 2019.


ALEXSSANDER WILLISON DE SOUZA BRIZOLA

RG. 5.373.322-3

CPF: 010.320.059-20

25.302.822/0001-58

**A. Pereira da Silva -
Pavimentações ME**

Rua Agata, 11 - Centro
Cep 87390-000
Boa Esperança - Pr



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 41108099753		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não seletar a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) ANTONIO PEREIRA DA SILVA			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO(A)	
SEXO Masculino		REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial	
FILHO DE (pai) PEDRO PEREIRA DA SILVA		(mãe) JUPIRA RIBEIRO	
NASCIDO EM (data de nascimento) 10/11/1953		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 147408420	
		Órgão emissor SSP	
		UF PR	
		CPF (número) 476.100.429-00	
MANCIPADO POR (nome de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
RESIDÊNCIA NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA ESPÍRITO SANTO			NÚMERO 421
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 87390-000	CODIGO DO MUNICIPIO (Uso da Junta Comercial) 005843 - Boa Esperança
MUNICIPIO Boa Esperança			UF PR
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL A. PEREIRA DA SILVA - PAVIMENTAÇÕES - ME			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA AGATA			NÚMERO 11
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO RESIDENCIAL ELDORADO	CEP 87390-000	CODIGO DO MUNICIPIO (Uso da Junta Comercial) 005843 - Boa Esperança
MUNICIPIO Boa Esperança	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (e-MAIL) ELAINEGIOVANETTI@HOTMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 110.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) cento e dez mil reais		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/Fiscal) Atividade Principal 4211101 Atividade Secundária 4213800	Descrição do Objeto CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 01/08/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 25.302.822/0001-58	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF PR
DATA ASSINATURA 13/09/2018	ASSINATURA 	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDE DA AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 3 - NÃO	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO	
		 PR2180002033153	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/09/2018 17:07 SOB Nº 20184990700.
PROTOCOLO: 184990700 DE 14/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803904857. NIRE: 41108099753.

A. PEREIRA DA SILVA - PAVIMENTAÇÕES - ME

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 17/09/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Tatiani C. Soriani
Administradora
CRA/PR 28075
1ª OFICINA DIVISÃO COMPROVAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA - PARANÁ

CNPJ:- 75.359.760/0001-99

NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390 - CENTRO

Exercício:- 2019

PROCESSO Nº 40 / 2019

DATA: 20/03/2019 - :13:26:03

TIPO: 1 - GERAL

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Requerente: C. MUELLER & MUELLER LTDA

CPF/CNPJ: 09.444.263/0001-64

RG/Insc. Est.:

Endereço:

Bairro:

Complemento:

CEP: -

Cidade: -

Telefone:

ASSUNTO/MOTIVO: OUTROS

C. MUELLER & MUELLER LTDA, supra qualificado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer para que determine a repartição competente desta Prefeitura que lhe expeça:

REFERENTE À RECURSO ADMINISTRATIVO DA TOMADA DE PREÇO Nº01/2019.

Observação: RECEBIDO E ENCAMINHADO POR - KASSI GABRIELY ZAMBERLAN.

End. Correspondência: - Nº:

Bairro:

Cidade: -

CEP:

Complemento:

Telefone: - Celular: - Email:

Zona:


Quadra:

Data:

Cadastro:

Nestes termos,
Pede deferimento.


C. MUELLER & MUELLER LTDA
Requerente


Kassi Gabriely Zamberlan Vieira
Funcionário



C. MUELLER & MUELLER LTDA

Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT 01, Jardim Dona Maria
Pitanga PR, CEP: 85.200-000, CNPJ: 09.444.263/0001-64
FONE: (42) 9. 9993-5060 email: construtora.mueller@hotmail.com

ILUSTRÍSSIMA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, TOMADA DE
PREÇOS Nº 01/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2019 TIPO: GLOBAL, ARARUNA
PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO
POLIÉDRICA COM PEDRA IRREGULAR, MEDIANTE O REGIME EMPREITADA POR MENOR
PREÇO GLOBAL.

O signatário do presente, em nome da proponente C. MUELLER & MUELLER LTDA,
com sede na Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT 01, Jardim Dona Maria, Pitanga PR,
CEP: 85.200-000, CNPJ: 09.444.263/0001-64, representada, neste ato por seu sócio-
administrador, Senhor CLAIRTON MUELLER, RG: 55181039, CPF: 757.401.419-15, brasileiro,
casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT
01, Jardim Dona Maria, Pitanga PR, CEP: 85.200-000, vem, tempestivamente, com fulcro no
artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93, interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a habilitação e classificação da proposta apresentada pela empresa A. PEREIRA
DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES ME, apresentando no arrazoado os fatos e as razões de sua
irresignação:

DOS FATOS E RAZÕES

Ao analisar a proposta de preços, verificou-se que a empresa A. PEREIRA DA SILVA –
PAVIMENTAÇÕES ME, não cumpriu com o item 11.12.5 do edital, o qual deixa claro:

Vejamos:

11.12. Será desclassificada a proposta que

11.12.5. Não apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que
trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística
e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,
conforme modelo anexo a este edital.

Ao não apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, a empresa
descumpriu o edital, devendo ser desclassificada.

Se não bastasse, a empresa A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES ME, também
não cumpriu com o item 9.1 e 9.1.5. do edital em epígrafe:



C. MUELLER & MUELLER LTDA

Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT 01, Jardim Dona Maria
Pitanga PR, CEP: 85.200-000, CNPJ: 09.444.263/0001-64

FONE: (42) 9. 9993-5060 email: construtora.mueller@hotmail.com

Vejamos:

9.1 A proposta, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

9.1.5. A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, conforme ANEXO

Por não apresentar a composição do BDI, empresa A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES ME, deve ter sua proposta desclassificada, e não pode a mesma, alegar desconhecimento, pois é item obrigatório descrito no edital, e não possui modelo uma vez que cada empresa possui um BDI específico, variando conforme sua tributação, como o próprio edital deixa claro:

Vejamos:

9.1.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

9.1.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

9.1.5.4. licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

9.1.5.5. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

9.1.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

É importante destacar que o edital cumpriu todas as exigências legais de publicação, sem que nenhuma das empresas participantes apresentassem impugnações ao ato convocatório, e de acordo com artigo 3º da Lei de Introdução ao Código Civil, *"Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando o seu desconhecimento."*[i]

Neste sentido, não é demais lembrar que a vinculação dos participantes aos exatos termos estipulados no Edital de Licitação é princípio fundamental do procedimento licitatório.

Sobre este ponto, cabe transcrever a lição do saudoso Mestre HELY LOPES MEIRELLES acerca do Edital, segundo o qual:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no



C. MUELLER & MUELLER LTDA

Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT 01, Jardim Dona Maria

Pitanga PR, CEP: 85.200-000, CNPJ: 09.444.263/0001-64

FONE: (42) 9. 9993-5060 email: construtora.mueller@hotmail.com

decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) ("in" "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p. 268). "

Nesse sentido também é a jurisprudência dos tribunais superiores:

"5. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório." (REsp 595079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, STJ, DOU 15/12/2009)"

O artigo em comento consagra o Princípio da Vinculação ao Edital, sendo assim o edital torna-se ato normativo editado pela administração, não podendo a comissão agir de maneira a afrontar as regras previstas no referido edital, o qual poderá correr o risco de cometer crime previsto no art. 90 da lei 8.666/93.

Diante do exposto, por já se ter explanado exaustivamente o tema, a de se concluir que a empresa A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES ME deve ser desclassificada, e declarada como vencedora a empresa C. MUELLER & MUELLER LTDA.

DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer:

- 1) O recebimento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO
- 2) A realização de diligencia a fim de verificar as informações na documentação acostada ao Certame, de forma que reste comprovado as nossas alegações.
- 3) Consequentemente seja desclassificadaa proposta da empresa A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES ME e declarada como vencedora a empresa C. MUELLER & MUELLER LTDA.

Na hipótese disso não ocorrer, requer a subida desse recurso à autoridade superior, com fulcro no art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93, observando ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Requer, ainda, a intimação do resultado deste recurso.

Nestes termos Aguarda deferimento

Atenciosamente,
Pitanga PR, 15 de março de 2019.

CLAIRTON MUELLER

sócio-administrador

RG: 55181039, CPF: 757.401.419-15

TCM - TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA - ME
10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 09.444.263/0001-64
NIRE 21200906850

CLAIRTON MUELLER, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, natural de Palmitinho - RS, nascido em 12/12/1969, empresário, residente e domiciliado na Rua Pedro Leal de Souza, 298, Apto. 01, Pitanguinha, CEP 85.200-000, Pitanga/Pr. Portador da cédula de identidade civil RG 55181039 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, CPF 757.401.419-15;

NILSA BERTOLINI MUELLER, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, natural de São Miguel do Oeste - SC, nascida em 30/05/1958, empresária, residente e domiciliada na Rua Pedro Leal de Souza, 298, Apto. 01, Pitanguinha, CEP 85.200-000, Pitanga/Pr. Portadora da cédula de identidade civil RG 30810511 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná em 04/08/1979, CPF 426.865.989-72, únicos sócios da TCM - TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA - ME, com sede na Rod. MA 230 KM 31, nº 1121, Bairro Aeroporto, na cidade de Anapurus, Estado do Maranhão, CEP 65525-000, devidamente registrada na Junta Comercial do Paraná, com NIRE 41206149721 em 18/03/2008, e posteriores alterações contratuais sob os nºs 20097094315 em 20/11/2009, 20110024583 em 20/01/2011, 20127139290 em 31/10/2012, 20132372886 em 07/05/2013, 20136228178 em 14/11/2013, 20142011312 em 28/04/2014, 20144690004 em 21/08/2014, 20152429280 em 15/06/2015, 20154329150 em 16/07/2015 e registrado na Junta Comercial do Maranhão sob o nº 20151165645 em 23/07/2015 com Nire nº 21200906850, CNPJ 09.444.263/0001-64. **RESOLVEM** por este instrumento particular, alterar e consolidar seu contrato social e posteriores alterações conforme as cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o endereço dos sócios no preâmbulo que passa a ser: Rua Pedro Leal de Souza, 298, sala 1, apt. 01, Jardim Dona Maria, Pitanga/PR, CEP 85200-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a cláusula primeira da nona alteração e consolidação do contrato social que era: "A sociedade gira sob o nome empresarial de TCM - TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA - ME". Passa a ser: A sociedade gira sob o nome empresarial de C. MUELLER & MUELLER LTDA - ME.

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica alterada a cláusula segunda da nona alteração e consolidação contratual que era: "A sede e domicílio da empresa é na Rodovia MA 230, km 31, nº 1121, Bairro Aeroporto, na cidade de Anapurus, Estado do Maranhão, CEP 65525-000". Passa a ser: A sede e domicílio da empresa é na Rua Pedro Leal de Souza, 298, sala 1, apt. 01, Jardim Dona Maria, Pitanga/PR, CEP 85200-000.

CLÁUSULA QUARTA: Fica alterada a cláusula quarta da nona alteração e consolidação contratual que era: "Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores, serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores". Passa a ser: O objeto social é Transporte rodoviário

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2018 16:24 SOB
Nº 20171162331
PROTOCOLO: 171162331 DE 09/11/2017. CÓDIGO
DE VERIFICAÇÃO: 11800098418. NIRE:
21200906850.
C. MUELLER & MUELLER LTDA ME

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 11/01/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/04/2018 16:41 SOB Nº 20181020041.
PROTOCOLO: 181020041 DE 01/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801297198. NIRE: 41206777451.
C. MUELLER & MUELLER LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

TCM - TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA - ME
10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 09.444.263/0001-64
NIRE 21200906850

2

de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores, serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores, Construção e Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços), Construção e recuperação de pontes, Construção de Vias Urbanas e Calçadas, Comércio Varejista de Materiais de Construção, obras de terraplenagem, demolição de edifícios e estruturas, atividades de jardinagem, perfuração e construção de poços de água, pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos e instalação de placas de sinalização, instalação de sistema de prevenção contra incêndio, serviço de prevenção de incêndio por empresa privada, construção de rodovias e ferrovias, serviços de engenharia, limpeza e conservação de rodovias, aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador e transporte rodoviário escolar.

CLÁUSULA QUINTA: Elevam o capital social em R\$ 58.000,00 (CINQUENTA E OITO MIL REAIS) dividido em 58.000 (CINQUENTA E OITO MIL) QUOTAS no valor de R\$ 1,00 (UM REAL). Sendo que o sócio CLAIRTON MUELLER integraliza 46.400 (QUARENTA E SEIS MIL E QUATROCENTAS) QUOTAS no valor de R\$ 46.400,00 (QUARENTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS) em moeda corrente do país, neste ato, e a sócia NILSA BERTOLINI MUELLER integraliza 11.600 (ONZE MIL E SEISCENTAS) QUOTAS no valor de R\$ 11.600,00 (ONZE MIL E SEISCENTOS REAIS) em moeda corrente do país, neste ato.

CLÁUSULA SEXTA: Em virtude da cláusula anterior fica alterada a cláusula terceira da nona alteração e consolidação contratual que era: "O capital social é de R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS), dividido em 42.000 (QUARENTA E DUAS MIL) QUOTAS no valor de R\$ 1,00 (UM REAL) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do país, fica assim distribuído:

SÓCIOS	COTAS	VALOR (R\$)	PORCENTAGEM
CLAIRTON MUELLER	33.600	33.600,00	80%
NILSA BERTOLINI MUELLER	8.400	8.400,00	20%
TOTAL	42.000	42.000,00	100%

Passa a ser: O capital social é de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), dividido em 100.000 (CEM MIL) QUOTAS no valor de R\$ 1,00 (UM REAL) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do país, ficando distribuído da seguinte forma entre os sócios:

SÓCIOS	Valor (R\$)	TOTAL R\$	PORCENTAGEM
CLAIRTON MUELLER	80.000	80.000,00	80%
NILSA BERTOLINI MUELLER	20.000	20.000,00	20%
TOTAL	100.000	100.000,00	100%

CLÁUSULA SÉTIMA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

JUCEMA

CERTIFICADO O REGISTRO EM 11/01/2018 16:24 SOB
Nº 20171162331.
PROTOCOLO: 171162331 DE 09/11/2017, CÓDIGO
DE VERIFICAÇÃO: 11800098418. NIRE:
21200906850.
C. MUELLER & MUELLER LTDA ME

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
São Luís, 11/01/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



CERTIFICADO O REGISTRO EM 10/04/2018 16:41 SOB Nº 20181020041.
PROTOCOLO: 181020041 DE 01/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801297198. NIRE: 41208777451.
C. MUELLER & MUELLER LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

TCM - TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA - ME
10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 09.444.263/0001-64
NIRE 21200906850

3

CLÁUSULA OITAVA: Da consolidação do contrato: à vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o artigo 2.031 da lei 10.406/2002, os sócios **RESOLVEM**, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social e alterações, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e alterações que, adequado às disposições da referida lei 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

C. MUELLER & MUELLER LTDA - ME
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ: 09.444.263/0001-64 NIRE 21200906850

CLAIRTON MUELLER, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, natural de Palmitinho - RS, nascido em 12/12/1969, empresário, residente e domiciliado na Rua Pedro Leal de Souza, 298, Apto. 01, Jardim Dona Maria, CEP 85.200-000, Pitanga/Pr. Portador da cédula de identidade civil RG 55181039 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, CPF 757.401.419-15.
NILSA BERTOLINI MUELLER, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, natural de São Miguel do Oeste - SC, nascida em 30/05/1958, empresária, residente e domiciliado na Rua Pedro Leal de Souza, 298, Apto. 01, Jardim Dona Maria, CEP 85.200-000, Pitanga/Pr. Portadora da cédula de identidade civil RG 30810511 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná em 04/08/1979, CPF 426.866.989-72, únicos sócios da **C. MUELLER & MUELLER LTDA - ME**, com sede na Rua Pedro Leal de Souza, 298, sala 1, apt. 01, Jardim Dona Maria, Pitanga/PR, CEP 85200-000, devidamente registrada na Junta Comercial do Paraná, com NIRE 41206149721 em 18/03/2008, e posteriores alterações contratuais sob os nºs 20097094315 em 20/11/2009, 20110024583 em 20/01/2011, 20127139290 em 31/10/2012, 20132372886 em 07/05/2013, 20136228178 em 14/11/2013, 20142011312 em 28/04/2014, 20144690004 em 21/08/2014, 20152429280 em 15/06/2015, 20154329150 em 16/07/2015 e registrado na Junta Comercial do Maranhão sob o nº 20151165645 em 23/07/2015 com Nire nº 21200906850, CNPJ 09.444.263/0001-64. **RESOLVEM** por este instrumento particular, consolidar seu contrato social e posteriores alterações conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob nome empresarial de **C. MUELLER & MUELLER LTDA - ME**.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sede e domicílio da empresa é na Rua Pedro Leal de Souza, 298, sala 1, apt. 01, Jardim Dona Maria, Pitanga/PR, CEP 85200-000.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social é Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores, serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores, Construções de Edificações

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2018 16:24 SOB
Nº 20171162331.
PROTOCOLO: 171162331 DE 09/11/2017. CÓDIGO
DE VERIFICAÇÃO: 11800098418. NIRE:
21200906850.
C. MUELLER & MUELLER LTDA ME

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 11/01/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/04/2018 16:41 SOB Nº 20181020041.
PROTOCOLO: 181020041 DE 01/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801297198. NIRE: 41208777451.
C. MUELLER & MUELLER LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

TCM – TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA – ME
10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 09.444.263/0001-64
NIRE 21200906850

4

(residenciais, industriais, comerciais e de serviços), Construção e recuperação de pontes, Construção de Vias Urbanas e Calçadas, Comércio Varejista de Materiais de Construção, obras de terraplenagem, demolição de edifícios e outras estruturas, atividades de jardinagem, perfuração e construção de poços de água, pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos e instalação de placas de sinalização, instalação de sistema de prevenção contra incêndio, serviço de prevenção de incêndio por empresa privada, construção de rodovias e ferrovias, serviços de engenharia, limpeza e conservação de rodovias, aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador e transporte rodoviário escolar.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade tem início em suas atividades em 18 de Março de 2009 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social é de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), dividido em 100.000 (CEM MIL) QUOTAS no valor de R\$ 1,00 (UM REAL) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do país, ficando distribuído da seguinte forma entre os sócios:

SÓCIOS	Valor (R\$)	TOTAL R\$	PORCENTAGEM
CLAIRTON MUELLER	80.000	80.000,00	80%
NILSA BERTOLINI MUELLER	20.000	20.000,00	20%
TOTAL	100.000	100.000,00	100%

CLÁUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento de outros sócios a que fica assegurado em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade é exercida pelo sócio CLAIRTON MUELLER, com poderes e atribuições de ADMINISTRADOR, autorizado o uso individual do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: O ADMINISTRADOR, CLAIRTON MUELLER, declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, ou a propriedade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2018 16:24 SOB
Nº 20171162331.
PROTOCOLO: 171162331 DE 09/11/2017. CÓDIGO
DE VERIFICAÇÃO: 11800098418. NIRE:
21200906850.
C. MUELLER & MUELLER LTDA ME

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETARIA-GERAL
SÃO LUÍS, 11/01/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/04/2018 16:41 SOB Nº 20181020041.
PROTOCOLO: 181020041 DE 01/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801297198. NIRE: 41208777451.
C. MUELLER & MUELLER LTDA

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 10/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

TCM – TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA – ME 5
10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 09.444.263/0001-64
NIRE 21200906850

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo mudar a sua sede e domicílio para qualquer lugar dentro do país, bem como poderá o seu quadro social ser alterado por cessão de quotas, por consentimento dos demais sócios e decursos de prazo de direito de preferência de sessenta dias, mediante notificação prévia e mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Declara, que esta sociedade será regida por este contrato social pelos art. Lei 10.406 de 10/01/2002 aplicados a sociedades limitadas, bem como, de forma supletiva e no que for aplicável pela lei 6.404 de 15/12/1976 e demais dispositivos legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato social e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Em caso de modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra ou transformação, se não houver o consentimento de todos os sócios, o dissidente da decisão majoritária poderá retirar-se da sociedade, nos 30 (trinta) dias subsequente à deliberação, aplicando-se, nesse caso, o disposto no art. 1.031 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no art. 1.061 da Lei 10.406/2002, ou seja, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização; A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2018 16:24 SOB
Nº 20171162331.
PROTOCOLO: 171162331 DE 09/11/2017. CÓDIGO
DE VERIFICAÇÃO: 11800098418. NIRE:
21200906850.
C. MUELLER & MUELLER LTDA ME

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUIS, 11/01/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/04/2018 16:41 SOB Nº 20181020041.
PROTOCOLO: 181020041 DE 01/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801297198. NIRE: 41208777451.
C. MUELLER & MUELLER LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

TCM - TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA - ME
10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 09.444.263/0001-64
NIRE 21200906850

6

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o foro de Pitanga/Pr. Para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em uma única via, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Anapurus, 01 de Setembro de 2017.

TAB. MESSIAS
PITANGA - PR


GLAERTON MUELLER

TAB. MESSIAS
PITANGA - PR


NILSA BERTOLINI MUELLER

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2018 16:24
SOB Nº 20171162331.
PROTOCOLO: 171162331 DE 09/11/2017.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11800098418. NIRE:
21200906850.

C. MUELLER & MUELLER LTDA ME

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 11/01/2018
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/04/2018 16:41 SOB Nº 20181020041.
PROTOCOLO: 181020041 DE 01/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801297198. NIRE: 41208777451.
C. MUELLER & MUELLER LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

C. MUELLER & MUELLER LTDA
11ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ: 09.444.263/0001-64
NIRE 41208777451

1

CLAIRTON MUELLER, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, natural de Palmitinho – RS, nascido em 12/12/1969, empresário, residente e domiciliado na Rua Pedro Leal de Souza, 298, Apto. 01, Jardim Dona Maria, CEP 85.200-000, Pitanga/Pr. Portador da cédula de identidade civil RG 55181039 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, CPF 757.401.419-15.

NILSA BERTOLINI MUELLER, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, natural de São Miguel do Oeste – SC, nascida em 30/05/1958, empresária, residente e domiciliado na Rua Pedro Leal de Souza, 298, Apto. 01, Jardim Dona Maria, CEP 85.200-000, Pitanga/Pr. Portadora da cédula de identidade civil RG 30810511 expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná em 04/08/1979, CPF 426.865.989-72, únicos sócios da **C. MUELLER & MUELLER LTDA**, com sede na Rua Pedro Leal de Souza, 298, sala 1, apt. 01, Jardim Dona Maria, Pitanga/PR, CEP 85200-000, devidamente registrado na Junta Comercial do Maranhão sob o nº 20151165645 em 23/07/2015 com Nire nº 21200906850 e transferida e inscrita na Junta Comercial do Paraná sob o nº 41208777451 em 10/04/2018, com CNPJ 09.444.263/0001-64. **RESOLVEM** por este instrumento particular, alterar seu contrato social e posteriores alterações conforme as cláusulas à seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Elevam o capital social em R\$ 100.000,000 (CEM MIL REAIS) dividido em 100.000 (CEM MIL) QUOTAS no valor de R\$ 1,00 (HUM REAL). Sendo que o sócio **CLAIRTON MUELLER** integraliza 80.000 (OITENTA MIL) QUOTAS no valor de R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) em moeda corrente do país, neste ato, e a sócia **NILSA BERTOLINI MUELLER** integraliza 20.000 (VINTE MIL) QUOTAS no valor de R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) em moeda corrente do país, neste ato.

CLÁUSULA SEGUNDA: Em virtude da cláusula anterior fica alterada a cláusula quinta da décima alteração e consolidação contratual que era: "O capital social é de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), dividido em 100.000 (CEM MIL) QUOTAS no valor de R\$ 1,00 (UM REAL) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do país, ficando distribuído da seguinte forma entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	TOTAL R\$	CAPITAL %
CLAIRTON MUELLER	80.000	80.000,00	80%
NILSA BERTOLINI MUELLER	20.000	20.000,00	20%
TOTAL	100.000	100.000,00	100%

Passa a ser: O capital social é de R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), dividido em 200.000 (DUZENTOS MIL) QUOTAS no valor de R\$ 1,00 (UM REAL) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do país, ficando distribuído da seguinte forma entre os sócios:



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/02/2019 08:38 SOB Nº 20190746688.
PROTOCOLO: 190746688 DE 13/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900730815. NIRE: 41208777451.
C. MUELLER & MUELLER LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 18/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

C. MUELLER & MUELLER LTDA
11ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ: 09.444.263/0001-64
NIRE 41208777451

2

SÓCIOS	QUOTAS	TOTAL R\$	CAPITAL %
CLAIRTON MUELLER	160.000	160.000,00	80%
NILSA BERTOLINI MUELLER	40.000	40.000,00	20%
TOTAL	200.000	200.000,00	100%

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em uma única via, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Pitanga, 04 de Fevereiro de 2019.

TAB. MESSIAS
PITANGA-PR.



CLAIRTON MUELLER

TAB. MESSIAS
PITANGA-PR.

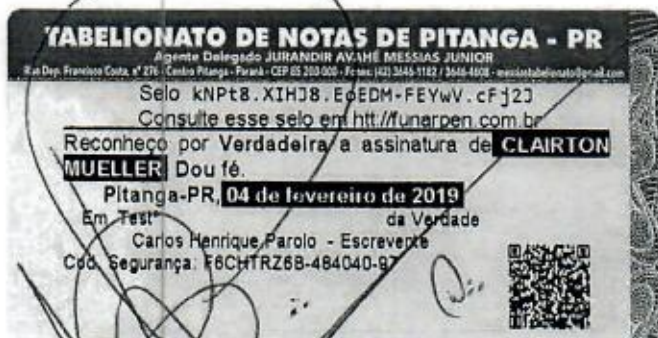


NILSA BERTOLINI MUELLER



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/02/2019 08:38 SOB Nº 20190746688.
PROTOCOLO: 190746688 DE 13/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900730815. NIRE: 41208777451.
C. MUELLER & MUELLER LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 18/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/02/2019 08:38 SOB N° 20190746688.
PROTOCOLO: 190746688 DE 13/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900730815. NIRE: 41208777451.
C. MUELLER & MUELLER LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETARIO-GERAL
CURITIBA, 18/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALDEMAR MUELLER

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
 5518103-9 / BRSP / PR

CPF
 757.401.419-15 DATA NASCIMENTO
 12/12/1969

FILIAÇÃO
 VALDEMAR MUELLER
 MOELI AGNES MUELLER

PERMISSÃO
 AE

Nº REGISTRO
 00431409209 VALIDEZ
 14/01/2020 HABILITAÇÃO
 22/01/1992

DETRAN - PR (PARANÁ)

Tabionato de Notas

Lei: 12
 Carlos Henrique
 Escrivente
 FUNTAPEN
 Piranga - PR
 Tabellionato de Notas
 Exclusivo para
 Autenticação de Cópia
 FPU96962

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia
 é reprodução fiel do documento
 original que me foi apresentado.
 Dou fé

20 FEV. 2019

Tabellionato de Notas
 Rua Francisco Costa 276
 Fone/Fax 42 3646-1162

- ☐ Jurandir Avallé Messias Júnior - Agente Delegado
- ☐ Leonides Resnizek Mendes - Escrevente
- ☐ Hedy Lamar Costa Messias - Escrevente
- ☒ Carlos Henrique Parolo - Escrevente

Tatiani Soriani
 Administradora
 CRA/PR 20075
 CHEFE DIVISÃO COMPRAS/LICITAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
WILSA BERTOLINI

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
 3081051-1 STSP PR

CNPJ
 426.865.989-72

DATA NASCIMENTO
 30/05/1958

FILIAÇÃO
 ALBINO BERTOLINI

GRACIOSA ANTONIA
GABRIEL BERTOLINI

PERMISSÃO
 ACC CAT. HABIL. B

NP REGISTRO
 03214014972

VALIDADE
 23/04/2019

1ª HABILITAÇÃO
 19/11/1982

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 PITANGA, PR

DATA EMISSÃO
 23/04/2014

ASSINATURA DO EMISSOR

64172421676
PR907229176

DETRAN-PR (PARANÁ)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
929840717

PROIBIDO PLASTIFICAR
929840717

AUTENTICAÇÃO
 Certifico que a presente fotocópia
 é reprodução fiel do documento
 original que me foi apresentado.
 Dou fé

20 FEV. 2019

Tabellionato de Notas
 Rua Francisco C. Costa 276
 Fone/fax 42 3645-1182

- ☐ Jurandir Avahé Messias Júnior - Agente Delegado
☐ Leonides Resnizek Mendes - Escrevente
☐ Fedy Lamar Costa Messias - Escrevente
☐ Carlos Henrique Parolo - Escrevente



Tatiani C. Soriani
 Administradora
 CRA/PR 20075
 CHEFE DIVISÃO COMPRAS/LICITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA - PARANÁ

CNPJ:- 75.359.760/0001-99

NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390 - CENTRO

Exercício:- 2019

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

PROCESSO Nº 41 / 2019

DATA: 20/03/2019 - :13:29:05

TIPO: 1 - GERAL

Requerente: C. MUELLER & MUELLER LTDA

CPF/CNPJ: 09.444.263/0001-64

RG/Insc. Est.:

Endereço: ,

Complemento:

Bairro:

Cidade: -

CEP: -

Telefone:

ASSUNTO/MOTIVO: OUTROS

C. MUELLER & MUELLER LTDA , supra qualificado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer para que determine a repartição competente desta Prefeitura que lhe expeça:

REFERENTE RECURSO ADMINISTRATIVO TOMADA DE PREÇO Nº01/2019.

Observação: RECEBIDO E ENCAMINHADO POR - KASSI GABRIELY ZAMBERLAN.

End. Correspondência: - Nº:

Bairro:

Cidade: -

CEP:

Complemento:

Telefone: - Celular: - Email:

Zona:

Quadra:

Data:

Cadastro:

Nestes termos,
Pede deferimento.

C. MUELLER & MUELLER LTDA

Requerente

Kassi Zamberlan

Kassi Gabriely Zamberlan Vieira
Funcionário



C. MUELLER & MUELLER LTDA

Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT 01, Jardim Dona Maria
Pitanga PR, CEP: 85.200-000, CNPJ: 09.444.263/0001-64
FONE: (42) 9. 9993-5060 email: construtora.mueller@hotmail.com

ILUSTRÍSSIMA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2019 TIPO: GLOBAL, ARARUNA PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA COM PEDRA IRREGULAR, MEDIANTE O REGIME EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.

O signatário do presente, em nome da proponente C. MUELLER & MUELLER LTDA, com sede na Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT 01, Jardim Dona Maria, Pitanga PR, CEP: 85.200-000, CNPJ: 09.444.263/0001-64, representada, neste ato por seu sócio-administrador, Senhor CLAIRTON MUELLER, RG: 55181039, CPF: 757.401.419-15, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT 01, Jardim Dona Maria, Pitanga PR, CEP: 85.200-000, vem, tempestivamente, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93, interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão de desclassificar a proposta da ora recorrente, apresentando no arrazoado os fatos e as razões de sua irrisignação:

DOS FATOS E RAZÕES

Ao analisar a proposta de preços, a nobre comissão decidiu por desclassificar a proposta apresentada, alegando que a mesma supostamente não cumpria com os requisitos do edital, pra ser específico, com o item 11.13 do edital em epigrafe, vejamos tal exigência:

11.13. Também será desclassificada a proposta cujo preço global orçado ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro supere os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este Edital.

Porém, tal decisão não deve prosperar, pois nenhum dos valores apresentados no cronograma físico-financeiro superam os preços de referencia, como demonstraremos a baixo:

Descrição dos serviços	Preços de referencia cronograma recebido no dia 12/03/2019 as 17:53 min.
Placa de sinalização c/ película refletiva.	4.315,10
Suporte de madeira 3 " x 3 " p/placa de sinalização	1.091,52
Colchão de argila p/ pav. Poliedrico	13.625,66
Escarificação , regularização compac. Subleito	20.824,13
pedra p/pav. Poliedrico	13.241,46
Extração,carga , transp. Preparo e assentamento	151.113,51
Enchimento c/ pó de pedra p/pav. Poliedrico	8.431,00
Compactação de pavimento poliedrico	3.406,42
Contenção lateral c/ solo local p/pav. Poliedrica	2.041,64
Enleivamento da contenção lateral	12.000,57
TOTAL GERAL	230.091,00



C. MUELLER & MUELLER LTDA

Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT 01, Jardim Dona Maria
 Pitanga PR, CEP: 85.200-000, CNPJ: 09.444.263/0001-64
 FONE: (42) 9. 9993-5060 email: construtora.mueller@hotmail.com

Fica claro, ao comparar os cronogramas, que a empresa ora recorrente cumpriu plenamente o edital, uma vez que os valores apresentados pela empresa são inferiores aos de referencia.

As etapas da obra, são: Colocação de Placa de sinalização c/ película refletiva em Suporte de madeira 3 " x 3 " p/placa de sinalização. Execução de Colchão de argila p/ pav. Poliedrico Escarificação, regularização compac. Subleito pedra p/pav. Poliedrico, Extração, carga, transp. Preparo e assentamento. Enchimento c/ pó de pedra p/pav. Poliedrico. Compactação de pavimento poliedrico. Contenção lateral c/ solo local p/pav. Poliedrica. Enleivamento da contenção lateral. Não devendo ser confundido com a previsão de execução mensal dos serviços, pois de acordo com o cronograma referencial, a empresa teria até 05 (cinco) meses para executar a obra, porem, nada o impede de executar em um prazo inferior.

Outro ponto que a nobre comissão de licitação deve leva em consideração, é o fato do cronograma fisico-financeiro enviado pela prefeitura, possuir valores superiores ao valor das planilhas, bem como possuir valor superior ao do edital. Ou seja, o valor previsto como referencia no cronograma fisico-financeiro é superior ao valor da obra, bem como, das planilhas e do edital.

Vejamos item do edital que descreve valor maximo;

4. OBJETO 4.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na execução de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA COM PEDRA IRREGULAR, mediante o regime empreitada por Menor Preço Global, conforme especificações constantes no Projeto Básico – que é parte integrante deste Edital, com valor máximo de R\$229.091,00. (grifo nosso).

Valor no cronograma fisico-financeiro referencial disponibilizado pela Prefeitura no dia 12/03/2019 as 17:53:

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO

codigo	serviço	quant.	unid.	valor unit. R\$	valor total R\$	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto
Sinalização												
82009	Placa de sinalização c/ película refletiva	10,00	m2	431,51	4.315,10	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.078,78	R\$ 1.078,78	R\$ 1.078,78	R\$ 1.078,78
82101	Suporte de madeira 3" x 3" p/placa de sinalização	8,00	pc	136,44	1.091,52	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 272,88	R\$ 272,88	R\$ 272,88	R\$ 272,88
Pavimentação												
53200	Colchão de argila p/pav. Poliedrico	6.427,20	m2	2,12	13.625,66	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.036,90	R\$ 3.036,90	R\$ 3.731,30	R\$ 2.383,00
50000	Escarificação, regularização compac. Subleito	6.427,20	m2	3,24	20.824,13	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.641,30	R\$ 4.641,30	R\$ 5.702,40	R\$ 3.612,60
53500	Extração, carga, transp. Assent. C/ solo local. Pedra p/ pedra p/pav. Poliedrico	1.194,00	m	11,09	13.241,46	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.519,33	R\$ 1.519,33	R\$ 4.379,00	R\$ 4.214,20
53140	Preparo e assentamento	6.270,27	m2	24,30	151.113,51	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 34.147,39	R\$ 34.147,39	R\$ 40.825,41	R\$ 29.555,70
53205	Enchimento c/ pó de pedra p/pav. Poliedrico	1.194,00	m2	6,64	7.929,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.851,93	R\$ 1.851,93	R\$ 2.474,40	R\$ 1.902,36
53270	Compactação de pavimento poliedrico	6.427,20	m2	0,53	3.406,42	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 759,22	R\$ 759,22	R\$ 932,80	R\$ 590,95
57510	Contenção lateral c/ solo local p/pav. Poliedrico	1.187,00	m2	1,22	2.061,64	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 235,64	R\$ 235,64	R\$ 756,80	R\$ 653,60
80000	Enchimento da contenção lateral	1.187,00	m2	10,11	12.000,57	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.385,07	R\$ 1.385,07	R\$ 4.448,40	R\$ 3.861,80
TOTAL GERAL						239.981,09	R\$ -	R\$ -	R\$ 48.928,30	R\$ 47.976,99	R\$ 65.102,67	R\$ 43.976,65



C. MUELLER & MUELLER LTDA

Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT 01, Jardim Dona Maria

Pitanga PR, CEP: 85.200-000, CNPJ: 09.444.263/0001-64

FONE: (42) 9. 9993-5060 email: construtora.mueller@hotmail.com

Alem da divergência do valor da obra, com o valor de referencia do cronograma enviado pela prefeitura, é de se destacar que não consta no edital um cronograma específico e correto, da obra. Bem como, tal cronograma não está disponível junto ao memorial descritivo, especificações gerais dos serviços, projeto básico e o projeto executivo, que foi disponibilizado como anexos ao edital.

Sendo assim, é abusiva e ilegal a desclassificação da ora recorrente, pois temos convicção que cumprimos fielmente o edital. E mesmo que houvesse um erro formal no cronograma o Tribunal de Contas da União compreende possível permitir que a empresa possa corrigir a planilha apresentada durante o certame, desde que não tenha acrescimo no valor global proposto.

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário)..

Recentemente, ao analisar hipótese semelhante, o TCU indicou ser dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta e reafirmou a impossibilidade de o licitante majorar o valor inicialmente proposto:

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário)..

Outro ponto fundamental que a nobre comissão tende a levar em consideração é a finalidade maior da licitação, ou seja, a busca da proposta mais vantajosa para a administração publica, devendo ser afastado qualquer forma de julgamento com excesso de formalismo e aplicando o chamado formalismo moderado.

Hely Lopes Meirelles, em "Licitação e Contrato Administrativo", entende que: "é inadmissível que se prejudique um licitante por meras omissões ou irregularidades na documentação ou sua proposta (...) por um rigorismo formal e inconstentâneo com o caráter competitivo da licitação". Devendo a comissão evitar a adoção de posturas inadequadas, desnecessárias, arbitrárias ou abusivas à própria finalidade da licitação em seu julgamento.

Nesse mesmo raciocínio, Maria Luiza Machado Granziera, em "Licitações e Contratos Administrativos", comenta:

"É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produza a eliminação de proposta vantajosa para os cofres públicos".



C. MUELLER & MUELLER LTDA

Rua Pedro Leal de Souza, 298 - Sala 01, APT 01, Jardim Dona Maria
Pitanga PR, CEP: 85.200-000, CNPJ: 09.444.263/0001-64
FONE: (42) 9. 9993-5060 email: construtora.mueller@hotmail.com

O Tribunal de Contas da União – TCU posiciona-se veementemente contra o excesso de formalismo, defendendo inclusive que a instituição promotora da licitação promova diligencia destinada a esclarecer a questão. Confere-se que a desclassificação da proposta da recorrente se deu por ato revestido de formalismo exagerado, o qual não colabora para o alcance do interesse publico.

Isto posto, a nobre comissão deve considerar classificada, habilitada e vencedora a empresa ora recorrente.

DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer:

- 1) O recebimento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO
- 2) A realização de diligencia a fim de verificar as informações na documentação acostada ao Certame, de forma que reste comprovado as nossas alegações.
- 3) Consequentemente seja classificada, habilitada e declarada vencedora a empresa ora recorrente.

Na hipótese disso não ocorrer, requer a subida desse recurso à autoridade superior, com fulcro no art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93, observando ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Requer, ainda, a intimação do resultado deste recurso.

Nestes termos Aguarda deferimento

Atenciosamente,

Pitanga PR, 15 de março de 2019.

CLAIRTON MUELLER
sócio-administrador
RG: 55181039, CPF: 757.401.419-15

Zimbra

engenharia@araruna.pr.gov.br

Re: Pedras Irregulares Araruna

De : engenharia@araruna.pr.gov.br

Seg, 11 de mar de 2019 14:42

Assunto : Re: Pedras Irregulares Araruna

2 anexos

Para : reinaldo-gardin <reinaldo-gardin@hotmail.com>

Boa tarde,

Segue o Cronograma Físico Financeiro

Att,

De: "reinaldo-gardin" <reinaldo-gardin@hotmail.com>**Para:** engenharia@araruna.pr.gov.br**Enviadas:** Segunda-feira, 11 de março de 2019 10:18:48**Assunto:** RE: Pedras Irregulares Araruna

Bom dia! Poderia fazer o favor de enviar o cronograma físico financeiro da obra. Se tiver em excel agradeço.

De: engenharia@araruna.pr.gov.br <engenharia@araruna.pr.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 11 de março de 2019 08:49**Para:** reinaldo-gardin@hotmail.com**Assunto:** Pedras Irregulares Araruna

Bom dia,

segue em anexo planilha das Pedras Irregulares.

Att,

**ALINE E. F. GLOOR***Engenheira Civil**CREA PR-141864/D**Prefeitura Municipal de Araruna*



BRASAO.jpg
303 KB



Cronograma fisico financeiro.xlsx
15 KB

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

codigo	Serviço	quant.	unid.	valor unit.R\$	valor total R\$	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
	Sinalização											
82000	Placa de sinalização c/ película refletiva	10,00	m2	431,51	4.315,10	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.078,78		R\$ 1.078,78	R\$ 1.078,78	R\$ 1.078,78
82100	Suporte de madeira 3 " x 3 " p/placa de sinalização	8,00	pç	136,44	1.091,52	R\$ -	R\$ -	R\$ 272,88		R\$ 272,88	R\$ 272,88	R\$ 272,88
	Pavimentação											
53260	Colchão de argila p/ pav. Poliedrico	6.341,20	m2	2,12	13.443,34	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.036,90	R\$ 3.036,90	R\$ 3.731,20	R\$ 2.363,80	R\$ 1.456,86
50000	Escarificação , regularização compac. Subleito	6.341,20	m2	3,24	20.545,49	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.641,30	R\$ 4.641,30	R\$ 5.702,40	R\$ 3.612,60	R\$ 2.226,53
53520	Extração , carga , transp. Assent. Cordão lat. Pedra p/ pedra p/ pav. Poliedrico	1.250,15	m	11,09	13.864,16	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.519,33	R\$ 1.519,33	R\$ 4.879,60	R\$ 4.214,20	R\$ 1.109,00
52145	Extração.carga , transp. Preparo e assentamento	6.177,97	m2	24,10	148.889,08	R\$ -	R\$ -	R\$ 34.147,29	R\$ 34.147,29	R\$ 40.825,40	R\$ 25.955,70	R\$ 16.037,83
53265	Enchimento c/ pó de pedra p/pav. Poliedrico	128,71	m2	64,64	8.319,81	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.851,94	R\$ 1.851,93	R\$ 2.474,42	R\$ 1.392,35	R\$ 860,36
53270	Compactação de pavimento poliedrico	6.341,20	m2	0,53	3.360,84	R\$ -	R\$ -	R\$ 759,22	R\$ 759,23	R\$ 932,80	R\$ 590,95	R\$ 364,22
57510	Contenção lateral c/ solo local p/pav. Poliedrica	1.117,40	m2	1,72	1.921,93	R\$ -	R\$ -	R\$ 235,64	R\$ 235,64	R\$ 756,80	R\$ 653,60	R\$ 159,96
80000	Enleivamento da contenção lateral	1.117,40	m2	10,11	11.296,91	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.385,07	R\$ 1.385,07	R\$ 4.448,40	R\$ 3.841,80	R\$ 940,23
	TOTAL GERAL				227.048,18	P. LICITATÓRIO	P. LICITATÓRIO	R\$ 48.928,35	R\$ 47.576,69	R\$ 65.102,67	R\$ 43.976,65	R\$ 24.506,65

ALINE EVELYN FERREIRA GLOOR
ENG. CIVIL - CREA-PR 141864/D

Zimbra

engenharia@araruna.pr.gov.br

Cronograma Fisico Financeiro Corrigido

De : engenharia@araruna.pr.gov.br

Ter, 12 de mar de 2019 16:53

Assunto : Cronograma Fisico Financeiro Corrigido

2 anexos

Para : paviparplanagens

<paviparplanagens@hotmail.com>

Boa tarde,

percebi um erro no cronograma fisico financeiro, o antigo estava com o valor total de 227mil, porém os valores dos meses ao serem somados correspondiam ao valor total de 230mil... então segue o cronograma corrigido

att,

**ALEXANDRE BATICHOTTI DE OLIVEIRA***Departamento Engenharia Civil
Prefeitura Municipal de Araruna***BRASAO.jpg**

303 KB

**Cronograma fisico financeiro.xlsx**

15 KB

Zimbra

engenharia@araruna.pr.gov.br

Re: Pedras Irregulares Araruna**De :** engenharia@araruna.pr.gov.br

Ter, 12 de mar de 2019 16:52

Assunto : Re: Pedras Irregulares Araruna

3 anexos

Para : reinaldo-gardin <reinaldo-gardin@hotmail.com>

Boa tarde,

percebi um erro no cronograma fisico financeiro, o antigo estava com o valor total de 227mil, porém os valores dos meses ao serem somados correspondiam ao valor total de 230mil... então segue o cronograma corrigido

att,

**ALEXANDRE BATICHOTTI DE OLIVEIRA***Departamento Engenharia Civil
Prefeitura Municipal de Araruna***De:** "reinaldo-gardin" <reinaldo-gardin@hotmail.com>**Para:** engenharia@araruna.pr.gov.br**Enviadas:** Segunda-feira, 11 de março de 2019 10:18:48**Assunto:** RE: Pedras Irregulares Araruna

Bom dia! Poderia fazer o favor de enviar o cronograma fisico financeiro da obra. Se tiver em excel agradeço.

De: engenharia@araruna.pr.gov.br <engenharia@araruna.pr.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 11 de março de 2019 08:49**Para:** reinaldo-gardin@hotmail.com**Assunto:** Pedras Irregulares Araruna

Bom dia,

segue em anexo planilha das Pedras Irregulares.

Att,



ALINE E. F. GLOOR
Engenheira Civil
CREA PR-141864/D
Prefeitura Municipal de Araruna



BRASAO.jpg
303 KB



BRASAO.jpg
303 KB



Cronograma fisico financeiro.xlsx
15 KB

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

codigo	Serviço	quant.	unid.	valor unit.R\$	valor total R\$	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
	Sinalização											
82000	Placa de sinalização c/ película refletiva	10,00	m2	431,51	4.315,10	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.078,78	R\$ -	R\$ 1.078,78	R\$ 1.078,78	R\$ 1.078,78
82100	Suporte de madeira 3 " x 3 "placa de sinalização	8,00	pc	136,44	1.091,52	R\$ -	R\$ -	R\$ 272,88	R\$ -	R\$ 272,88	R\$ 272,88	R\$ 272,88
	Pavimentação											
53260	Colchão de argila p/ pav. Polidrico	6.427,20	m2	2,12	13.625,66	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.036,90	R\$ 3.036,90	R\$ 3.731,20	R\$ 2.363,80	R\$ 1.456,86
50000	Escarificação ., regularização compac. Subleito	6.427,20	m2	3,24	20.824,13	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.641,30	R\$ 4.641,30	R\$ 5.702,40	R\$ 3.612,60	R\$ 2.226,53
53620	Extração , carga , transp. Assent. Cordão lat. Pedra p/ pedra p/pav. Polidrico	1.194,00	m	11,09	13.241,46	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.519,33	R\$ 1.519,33	R\$ 4.879,60	R\$ 4.214,20	R\$ 1.109,00
53245	Extração,carga , transp. Preparo e assentamento	6.270,27	m2	24,10	151.113,51	R\$ -	R\$ -	R\$ 34.147,29	R\$ 34.147,29	R\$ 40.825,40	R\$ 25.955,70	R\$ 16.037,83
53265	Enchimento c/ pó de pedra p/pav. Polidrico	130,43	m2	64,64	8.431,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.851,94	R\$ 1.851,93	R\$ 2.474,42	R\$ 1.392,35	R\$ 860,36
53270	Compacção de pavimento polidrico	6.427,20	m2	0,53	3.406,42	R\$ -	R\$ -	R\$ 759,22	R\$ 759,23	R\$ 932,80	R\$ 590,95	R\$ 364,22
57510	Contenção lateral c/ solo local p/pav. Polidrica	1.187,00	m2	1,72	2.041,64	R\$ -	R\$ -	R\$ 235,64	R\$ 235,64	R\$ 756,80	R\$ 653,60	R\$ 159,96
80000	Envenamento da contenção lateral	1.187,00	m2	10,11	12.000,57	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.385,07	R\$ 1.385,07	R\$ 4.448,40	R\$ 3.841,80	R\$ 940,23
	TOTAL GERAL				230.091,00	P. LICITATÓRIO	P. LICITATÓRIO	R\$ 48.928,35	R\$ 47.576,69	R\$ 65.102,67	R\$ 43.976,65	R\$ 24.506,64

ALINE EVELYN FERREIRA GLOOR
ENG. CIVIL - CREA-PR 141864/D



MUNICIPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

De: Assessoria Jurídica
Para: Divisão de Licitação

Tomada de Preços - nº 001/2019

Assunto: Recurso Administrativo sobre decisão desclassificação

Parecer Jurídico

Recebido em data de 15 de março de 2019, no protocolo Geral, nº 036/2019, e pela Divisão Licitação, interposição de RECURSO sobre decisão que desclassificou a empresa Recorrente, A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES - ME, CNPJ sob o nº 25.302.822/0001-58, já qualificada em sua peça de recurso; e também a empresa C. MUELLER & MUELLER LTDA, CNPJ sob o nº 09.444.263/0001-64, sob o protocolo nº 40/2019 e 41/2019 no dia 20/03/2019; encaminhados para o Departamento Jurídico para análise e parecer.

Da Tempestividade

Os recursos ora apresentados, consoante art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93; são tempestivos, eis que protocolados/enviados no prazo legal estipulado para recurso, qual seja, até 5 (cinco) dias úteis da decisão/lavratura da ata.

Dos Argumentos

Os recursos tratam, resumidamente, sobre os seguintes questionamentos:

A empresa A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES ME, expõe os seguintes argumentos, além de apresentar documentos:

- Que a comissão de licitação constatou que a empresa recorrente supostamente deixou de apresentar as declarações mencionada nos itens 11.12.5 e 11.12.6.1 (ambos documentos não fornecidos como anexo;
- que a empresa recorrente verificando as falhas presentes no edital e na proposta apresentada pela empresa recorrida, ingressou com o recurso;
- trata do princípio constitucional da legalidade, nos moldes do art. 3º, 41 e 55, XI, todos da Lei 8.666/93, sobre a vinculação do instrumento convocatório, e que documentos não integrantes do edital não podem ser exigidos, requerendo suprimento dos erros do edital, abrindo oportunidade para os envolvidos para que amoldem as novas determinações;
- que houve violação do edital por parte da empresa recorrida, eis que apresentou documentação e proposta de preços contrário ao que dispõe o item 11.13 do Edital;

Ao final requereu: **a)** Seja reconhecido a Nulidade das cláusulas 11.12.5 e 11.12.6.1 face ao evidente vício, uma vez que trazem previsões de documentos não juntados no edital. **b)** Subsidiariamente no caso de não reconhecimento do pedido anterior requer a



MUNICIPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

alteração do edital, trazendo os documentos faltantes, abrindo para que os participantes regularizem a documentação. c) Requer a desclassificação da empresa recorrida diante da cristalina violação do cronograma financeiro apresentado em discordância como item 9.1.5 d edital. d) Subsidiariamente no caso de acatamento do pedido indicado pelo item "b" requer a desclassificação da empresa recorrida em razão da violação o item 11.12.6.1, uma vez que a mesma trouxe cálculo do B.D.I. com valores cálculos com alíquota de ISSQN inferiores ao praticado no Município de Araruna – PR.

A empresa C. MUELLER & MUELLER LTDA, expõe os seguintes argumentos, no protocolo nº 40/2019:

- alega que a empresa A. Pereira da Silva – Pavimentações ME não cumpriu o item 11.12.15 do edital, devendo ser desclassificada; também descumprindo os itens 9.1 e 9.1.5;
- Lembra que o edital foi publicada e não houve impugnações ao edital;
- que o princípio da vinculação do edital restringe o próprio ato administrativo as regras editalícias, consagrando o princípio da vinculação do Edital;

Ao final requereu: **1)** O recebimento do presente recurso administrativo; **2)** a realização de diligência a fim de verificar as informações na documentação acostada ao certame, de forma que reste comprovado as nossas alegações; **3)** consequentemente seja desclassificada proposta da empresa A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES ME e declarada como vencedora a empresa C. MUELLER & MUELLER LTDA.

Ainda, novamente a empresa **C. MUELLER & MUELLER LTDA**, expõe outros argumentos, no protocolo nº 41/2019, da mesma data e três minutos mais tarde:

- que a empresa deixou de cumprir o item 11.13 do edital, sendo desclassificada, porém argumenta que a decisão não deve prosperar vez que nenhum dos valores superam os preços de referência, anexando a tabela na petição;
- que deve ser considerado que os valores previstos como referência é que são superiores ao valor da obra, como consta nas planilhas e do edital;
- que há erro na planilha disponibilizada pelo Município, divergente do que consta no edital, e que tal erro não constitui motivo para desclassificar o licitante;
- que a comissão de licitação deve buscar a proposta mais vantajosa, devendo ser afastado qualquer excesso de formalismo, aplicando o formalismo moderado;

Ao final requereu: **1)** O recebimento do presente recurso administrativo; **2)** a realização de diligência a fim de verificar as informações na documentação acostada ao Certame, de forma que reste comprovado as nossas alegações. **3)** consequentemente seja classificada, habilitada e declarada vencedora a empresa ora recorrente.

Cumprе ainda destacar o que restou consignado na ata de sessão pública de licitação, senão vejamos:

"ATA TP 001-2019

No dia 13/03/2019, às 13:45 horas, na sala de licitações da PMA, reuniram-se a senhora Presidente da CPL, membros da Comissão de licitação e representante das proponentes para recebimento e abertura dos envelopes I e II referente a TP 001-2019.

Participaram do certame as empresas:

A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES ME

C. MUELLER & MUELLER LTDA.

Devidamente credenciadas, deu-se início a abertura dos envelopes I contendo a documentação de habilitação das participantes para análise e



MUNICIPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

verificação, onde ambas cumpriram todos os itens do edital e foram consideradas habilitadas.

Na análise das propostas de preço, constatou-se que:

A empresa A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES ME deixou de apresentar as declarações mencionadas nos itens 11.12.5 (declaração esta, não fornecida nos anexos como modelo) e 11.12.6.1.

Por sua vez, a empresa C. MUELLER & MUELLER LTDA, apresentou em seu cronograma financeiro, (não fornecido modelo no edital, porém enviado pelo departamento de engenharia via e-mail aos dois participantes, onde o mesmo apresentava correção no valor) valor maior que o estabelecido em edital para a primeira etapa da obra.

Assim sendo, ambas as empresas manifestaram interesse na interposição de recursos, interesse este, acatado pela presidente que, abre prazo de 05 dias úteis para que as mesmas protocolem suas razões no protocolo desta Prefeitura.

Ao final dos 05 dias, as razões serão divulgadas no site no município, na aba processos licitatórios.

Convocação para contrarrazões, bem como julgamento dos recursos, também serão divulgados pelos mesmos meios.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pela Presidente e representante das proponentes."

É o relatório.

Para Decisão

Importa dizer que, de acordo com o art. 3º da Lei 8.666/93, "a licitação destina-se a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

O art. 41 da Lei de Licitações dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Não merecem prosperar, ambos os recursos interpostos contra as desclassificações eis que a previsão legal, como acima apontado, é claríssima; primeiro porque a Comissão de Licitação está estritamente vinculada as regras do Edital, que não foi impugnado em oportuno tempo, e, segundo porque mesmo não contendo o modelo anexo no edital, há previsão no edital e tal documento é de praxe de empresas de construção ou que prestam tal serviços, o que também pode ser encontrado na internet pelo Instrução Normativa nº



MUNICIPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ

PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

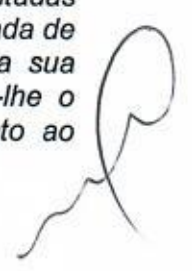
02/2009 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o que deveria ser seguido a referida instrução por cada empresa participante. Ainda, poderiam ter realizado impugnação ao edital, no prazo oportuno para sanar o alegado equívoco.

Ainda, a Jurisprudência é clara no sentido de que:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO EM VIRTUDE DA DESCLASSIFICAÇÃO DA AUTORA. PROPOSTA EM DESACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. DESCLASSIFICAÇÃO. MEDIDA QUE SE IMPÕE. MANUTENÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. *"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu."* (Hely Lopes Meirelles. *Direito Administrativo Brasileiro*. 26ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2002, p. 263). **"É perfeitamente lícita a desclassificação de empresa que não apresentou sua proposta de acordo com as disposições do edital que regulava o certame, em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório". (AC nº 2005.028327-6 – Rel. Des. Luiz César de Medeiros) De acordo com o que dispõe o art. 20, § 4º, do CPC, considerando a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, a fixação dos honorários em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mostra-se apropriada e perfeitamente razoável ao caso." (TJSC, Apelação cível nº 2007.059983-8, da Capital, rel. Des. Cid Goulart, j. 09-12-2008)**

O Supremo Tribunal Federal (RMS 23640/DF) tratou da questão em decisão como adiante se vê:

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso."**





MUNICIPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu:

*"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes."*

Ainda, destaca-se que mesmo sob o argumento de que não havia os modelos dos documentos previstos do Edital, conforme argumentado pelos Recorrentes, nota-se que a Engenharia deste Município encaminhou por e-mail para ambas as empresas Recorrentes, o Cronograma físico financeiro em data de 11/03/2019 e novamente em 12/03/2019, com correção de equívoco; conforme documentos encaminhados nesta pelo Departamento de Engenharia do Município de Araruna-PR.

Portanto, as empresas estavam cientes e tinham recebido os documentos relativos a planilha de preços antes da sessão de licitação.

Feitas estas considerações, opino que o caso retratado no presente processo de licitação, deve seguir seu curso, e manter a decisão sobre a desclassificação, negando provimento aos recursos interpostos, para o fim de julgá-los totalmente improcedentes.

Assim, opina que seja recebido o presente Recurso, julgando totalmente improcedente, por estar a Administração Pública atendendo a legislação dentro dos limites da lei e do contido no edital.

No entanto, opina ainda que, com fundamento no artigo 48, § 3º da Lei 8.666/93, pela faculdade que tem a comissão de licitação ou a autoridade superior, para evitar prejuízo ao interesse público, em perder o processo de licitação vez que o resultado do mesmo poderá ser fracassado, em razão da desclassificação de ambas empresas participantes; pode a Comissão de licitação considerar a legislação, no que segue:

"Art. 48. Serão desclassificadas:



MUNICIPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis."

Desta forma, para evitar perder o procedimento de licitação, opina pela abertura de prazo como descrito na legislação para apresentar nova documentação.

Deste modo, entendo que a Comissão¹ de licitação ou Pregoeira deve proceder à intimação das partes interessadas, da decisão que julgar o recurso, que cabe exclusivamente a Comissão de Licitação, para posterior seguimento da licitação nos moldes da Lei 8.666/93.

É o Parecer, salvo melhor juízo, a superior consideração.

Araruna, 25 de março de 2019.

Luciano Antonio da Rosa
Advogado – OAB/PR 47.696
Portaria nº 016/2010

¹ Competência - Artigo 6º, inciso XVI, Lei 8.666/93.



DECISÃO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

Licitação Tomada de Preços nº 001/2019.

Em atenção aos recursos interpostos pelas empresas: A. PEREIRA DA SILVA – PAVIMENTAÇÕES - ME, CNPJ sob o nº 25.302.822/0001-58, e C. MUELLER & MUELLER LTDA, CNPJ sob o nº 09.444.263/0001-64; encaminhado para parecer jurídico, a comissão de Licitação por sua Pregoeira, **decide** por receber ambos os recursos por sua tempestividade e **no mérito decide** por não acatar as suas razões, nos termos do parecer jurídico como fundamento, uma vez que a comissão de licitação está estritamente vinculada aos termos do edital, como também as partes a que ele se submeteram quando da participação do certame.

Desta forma, a Comissão de Licitação por sua Pregoeira, julga improcedente a os recursos, devendo a licitação seguir seu curso normal na forma da Lei 8.666/93. Para tanto entende que deve ser aplicado a legislação citada no parecer jurídico, artigo 48, § 3º, da Lei 8.666/93, abrindo prazo de oito dias para apresentação de nova documentação de forma integral, vez que ambas as empresas foram desclassificadas e não houve empresa classificada no certame. Diante disto, deverá ser agendada nova data para sessão de licitação com intimação prévia aos participantes desclassificados.

Por fim, encaminhe-se a presente decisão à autoridade superior para sua apreciação final, devendo dar ciência as empresas recorrentes.

Araruna, 25 de março de 2019.



Tatiani Carla Soriani
Presidente da
Comissão de Licitação



MUNICIPIO DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ
PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390, CNPJ 75.359.760/0001-99

DECISÃO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS nº 001/2019

RATIFICO nos termos do artigo 109, § 4º, da Lei 8.666/93, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos próprios fundamentos.

Por fim, para ciência das empresas recorrentes/participantes.

Araruna, 25 de março de 2019.


Leandro Cesar de Oliveira
Prefeito